

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse encaminhado ao governador de São Paulo e ao secretário da Segurança Pública do estado, bem como ao deputado federal Major Olímpio, lá em Brasília. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - É regional do pedido de Vossa Excelência.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp. Quero fazer um pedido aos órgãos competentes aos quais o deputado Coronel Telhada fez uma solicitação, para que atendam a esse pedido, que na verdade é da população que está aí cerceada. Essa população sofrida que vive diuturnamente com um grau de violência nefasta, sem precedente na história; violência que atinge a todos nós, direta ou indiretamente. Como médico, é minha obrigação a busca do prolongamento da vida, e às vezes as vidas são interrompidas por armas de fogo e armas brancas - punhais, estiletes, facas, facões etc. Essas armas trazem um infortúnio muito grande.

Mas hoje quero, desta tribuna, falar da minha grande preocupação com as chuvas. Elas são necessárias e estão conseguindo recompar a represa da Cantareira. Vemos, pela mídia, que começou a haver mais eventos turísticos nas represas, trazendo a esperança de que não vamos passar por nova crise hídrica. É óbvio que temos de economizar essa água, tão importante e necessária para a vida, para o ser humano.

Mas quero falar da preocupação com as chuvas, que vão cair cada vez mais: ontem, hoje, no fim de semana. Chuvas que ajudam, mas também matam e trazem incidência de eventos muito tristes. Vemos a ressaca no litoral, vemos a força da água engolindo casas e calçadas. Essa é a força que a água tem. O homem tem que respeitar a natureza, para que ela não reaja dessa forma. Assim, evitaremos dilúvios e esses acidentes. Quando as chuvas inundam, trazem prejuízos sobretudo a moradores mais humildes, que moram em regiões mais baixas, em pântanos, onde há um acúmulo de água maior do que na parte superior, na parte de morros. Mas a chuva nos morros às vezes também traz tristeza, com o deslizamento das encostas, provocando muita morte.

Lutei muito para aprovar um projeto na Câmara Municipal de São Paulo, que serve de exemplo para ser seguido por todas as cidades, por aqeeles vereadores que estão nos vendo ou ouvindo, por prefeitos de várias cidades, inclusive do interior e da Grande São Paulo, que também sofrem com inundações e enchentes e podem aproveitar o projeto dos pisos drenantes. Eles podem ser colocados nos quintais, nas calçadas, nas ruas de pouco movimento, para que absorvam água pluvial, água de chuva, evitando as enchentes, as tristezas, a perda de eletrodomésticos, colchões, materiais e alimentos, os infortúnios e as doenças, como febre tifoide, leptospirose, insuficiência renal e tantas outras moléstias.

Quero, também, falar do projeto que ajuda muito quando nós temos vários e vários quilômetros quadrados ou lineares com enfileirados postes intercalados com árvores nos calçamentos. Poderiam pegar essa faixa de um metro de largura, por exemplo, nas calçadas, enfileirando, juntando o espaço que ocupa um poste elétrico e uma árvore, fazendo com que esse terreno, esse pedacinho de um metro - um metro e 20, um metro e meio ou sei lá quantos - de largura, ajude na permeabilização, talvez colocando-se uma grama ou um pedrisco para a absorção da água pluvial, água de chuva.

São mecanismos que não prejudicariam, de forma alguma, o passeio, o deslocamento e a mobilidade dos pedestres, porque nós aproveitariamos uma fileira imensa, milhares de quilômetros, com uma largura de um metro ou um metro e 20, como falei antes. Essa fileira poderia absorver essa água de chuva, evitando as inundações.

Essa é a minha esperança quando eu vejo inundações e queda de árvores sobre a rede elétrica - como aconteceu recentemente, há coisa de duas ou três semanas, na região oeste da Capital. Milhares e milhares de famílias ficaram sem energia elétrica, porque as árvores, durante as chuvas, ventanias, vendavais, tempestades, caem sobre a rede elétrica, as moradias, as residências - às vezes, até matando, ceifando vidas.

Essas árvores trazem transtornos ao trânsito da nossa Cidade, que podem ser evitados quando temos um projeto de lei. Ou melhor, já é lei a plantação de árvores frutíferas, para que, durante as chuvas e tempestades, essas árvores não caiam.

Estão todas apodrecidas, corroidas por cupins, porque o homem quebrou a cadeia ecológica. Tirando-se as árvores frutíferas, tiram-se os pássaros e, conseqüentemente, o predador dos cupins. O pássaro tem na sua saliva digestiva elementos que corroem, que acabam, que matam, que exterminam os cupins. Às vezes, nem o fogo, nem os inseticidas que nós usamos acabam com o cupim, mas as salivas que têm os pássaros destroem os cupins. Na hora em que nós tiramos os pássaros, tiram-se as árvores frutíferas, por meio desse sentimento predatório que tem o ser humano.

Acabando com a natureza, acabamos tendo um retorno. O retorno é isto: móveis corroidos, bem como telhados, portas de madeira, etc. Tudo é corroido, inclusive o concreto. Até o pilar central da Câmara Municipal de São Paulo, o maior parlamento do Hemisfério Sul, foi corroido por cupins.

Espero que os prefeitos e os vereadores de outras cidades - e desta Capital, também - possam seguir os nossos projetos, as nossas leis, para que nós tenhamos maior qualidade de vida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiasi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, gostaria de retomar um debate que estamos fazendo ontem aqui no plenário, no Pequeno Expediente, quando eu trouxe os atores da Trupe Olho da Rua, que teve a sua peça interrompida pela Polícia Militar, no último domingo, na Praça dos Andradas, no centro de Santos.

Fizemos essa denúncia e já acionamos o Ministério Público contra a Polícia Militar. Acionamos também a Comissão de Direitos Humanos e a Corregedoria da Polícia Militar, denunciando essa agressão ao direito de expressão.

Denunciamos também, recentemente, desta tribuna, o fato ocorrido na Escola Amorim Lima, da prefeitura da Capital, que foi vítima do assédio de um vereador do PMDB, o vereador Ricardo Nunes, que tentou impedir que a escola fizesse um debate sobre a questão de gênero.

O cenário é sombrio e tenebroso dos pontos de vista político, social e econômico, com todas as reformas que estão em curso. Temos ajuste fiscal do governo federal, PEC nº 241, a "PEC do Fim do Mundo", reforma da previdência contra os trabalhadores, o PLP nº 257 contra os trabalhadores, a reforma trabalhista contra os trabalhadores, a reforma do ensino médio contra a Educação brasileira, o projeto "Escola Sem Partido" contra os professores e a Educação, entre outros.

Até mesmo em relação ao Supremo Tribunal Federal temos retrocessos. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal abriu uma jurisprudência em um julgamento, em um debate, agredindo e, talvez, até inviabilizando o direito de greve dos servidores, ao decidir pelo corte de salários de servidores em greve.

Recentemente, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho, fez uma declaração jamais vista na história deste País, também contra os trabalhadores. Ele disse que a Justiça do Trabalho defende apenas os trabalhadores.

Então, temos um movimento dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo que vai contra a população e contra os trabalhadores. Eu falei isso ontem e, ontem à noite e hoje de manhã, tivemos notícias que confirmam ainda mais a nossa afirmação.

Ontem à noite, estudantes das Etecs e Fatecs ocuparam a administração do Centro Paula Souza, que fica no centro da cidade. Logicamente, manifestaram-se contra a PEC nº 241, que vai acabar com a Educação Pública no Brasil. Por isso os estudantes estão ocupando as escolas. Se a PEC nº 241, que agora virou PEC nº 55 e já tramita no Senado, for aprovada e sancionada, as escolas públicas serão destruídas. O SUS, Sistema Único de Saúde, será destruído. As áreas sociais serão todas sucateadas, pois não haverá mais investimentos.

É por isso que somos contra a PEC nº 241, contra a PEC nº 55, e apoiamos o movimento dos alunos secundaristas em todo o Brasil. São mais de mil escolas ocupadas. Os alunos as ocupam justamente para impedir que elas sejam inviabilizadas e destruídas por essa política de falta de investimento na Educação, que vai piorar a situação. Os alunos, quando ocupam escolas, estão defendendo o seu próprio futuro. Esse governo é nocivo para a população, é um governo criminoso, é o exterminador do futuro de toda essa juventude, de toda essa geração.

Sr. Presidente, houve uma ocupação ontem à tarde do centro de administração porque os alunos estavam contra a reforma do Ensino Médio, contra a PEC nº 241. Estavam, sobretudo, denunciando a falta de investimento do Centro Paula Souza nas Etecs e Fatecs, principalmente, na assistência estudantil. Essa era a principal denúncia.

Como sempre, o governador Alckmin acionou o aparelho repressivo do estado e retirou à força esses alunos. Em São Paulo, S. Exa. está utilizando um recurso jurídico altamente discutível, que é o recurso da autotutela, pelo qual S. Exa. não aciona mais a Justiça, o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Quando há ocupação, S. Exa. simplesmente manda a polícia retirar os alunos à força da escola, sem diálogo, sem negociação, sem nenhum tipo de democracia, sem nenhum tipo de amparo legal. Ele apenas pautá-se num parecer da Procuradoria Geral do Estado, a PGE, que não é Justiça, não é um aparelho da Justiça.

O parecer vem de um procurador geral, o Elival, que é um serviçal, que parece que deve fidelidade canina ao governador Geraldo Alckmin, que emitiu esse parecer, se não me engano, a pedido do Alexandre de Moraes, quando era o secretário de Segurança aqui.

Então, S. Exa. utiliza esse instrumento jurídico extremamente autoritário e perverso para impedir a movimentação dos alunos das escolas estaduais. Esse é o fato que eu gostaria de ressaltar. Protesto contra o que aconteceu ontem na Etec: alunos foram algemados e presos na noite de ontem.

E hoje de manhã, Sr. Presidente, houve mais uma investida da repressão desse estado autoritário brasileiro na escola Florestan Fernandes, uma escola que é referência internacional, a escola do MST, que funciona em Guararema, na Grande São Paulo, foi invadida hoje por vários policiais civis e militares.

Eu estava conversando, há pouco, com o deputado Zico Prado, nós entramos em contato com a Secretaria de Segurança Pública, e soubemos que duas pessoas foram prendidas. É um momento muito difícil, Sr. Presidente. Vamos reagir a isso.

Queremos explicações. Já pedimos a convocação do secretário de Segurança Pública, do procurador geral do estado para explicar esse instrumento da autotutela. Queremos explicações sobre a ocupação, hoje, da escola Florestan Fernandes pela polícia, que invadiu a escola e ameaçou os alunos e as famílias. Queremos explicações também sobre o que aconteceu ontem no Centro Paula Souza.

Tudo isso nós vamos investigar pela Assembleia Legislativa. Vamos continuar denunciando e cobrando, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra-os, ainda, da sessão solene a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de comemorar o vigésimo aniversário do TRT, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 14 minutos.

7 DE NOVEMBRO DE 2016 162ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CARLOS GIANNAZI e ORLANDO BOLÇONE
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Faz menção à tentativa de assalto sofrida por um tenente da Polícia Militar, que culminou com a morte de três suspeitos. Destaca os confrontos que vêm ocorrendo entre a PM e criminosos que, a seu ver, estão fortemente armados. Defende o uso de fuzis por policiais da Rota. Fala de solicitação que será encaminhada à Secretaria de Segurança Pública, exigindo que cada viatura tenha, no mínimo, um fuzil para que os policiais possam enfrentar os ataques sofridos nas ruas.

3 - ORLANDO BOLÇONE Assume a Presidência. Convoca os Srs. Deputados para sessões solenes a serem realizadas: dia 5/12, às 19 horas e 30 minutos, para "Proceder à entrega da Medalha Ministro Celso Furtado em homenagem aos Economistas"; dia 8/12, às 20 horas, com o intuito de "Lançar o Livro Mobilidade Urbana no Brasil"; e dia 9/12, à 10 horas, para "Homenagear a Polícia Militar do Estado de São Paulo pelos seus 185 anos de existência".

4 - CARLOS GIANNAZI

Apela pela aprovação de PDL, de sua autoria, que revoga decisão do governador Geraldo Alckmin de paralisar a convocação de pessoas aprovadas em concursos públicos. Ressalta o déficit de pessoal em alguns setores. Discorre sobre o assunto. Divulga audiência pública que ocorrerá amanhã, neste Parlamento, com a participação de professoras aprovadas em concursos, que aguardam a nomeação.

5 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência.

6 - ORLANDO BOLÇONE

Discorre sobre as atividades desenvolvidas pelo Lar São Francisco de Assis da Providência de Deus, fundado há 31 anos, com sede em Jaci. Ressalta o trabalho da instituição, destinado à recuperação de dependentes de álcool e de drogas. Comenta a ação voltada para idosos. Elenca hospitais dirigidos pela instituição, que atua em cerca de 60 obras assistenciais.

7 - ORLANDO BOLÇONE Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Fala de sua indignação quanto à cobertura da mídia no que se refere às ocupações de escolas em todo o País. Opina que os protestos estudantis já têm repercussão internacional e visam defender a Educação no Brasil. Tece críticas ao ajuste fiscal do governo federal, bem como ao apoio que a imprensa tem dado à gestão Temer.

9 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE ORLANDO BOLÇONE

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 8/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão solene a ser realizada hoje, às 20 horas, para "Homenagear o Corpo Musical da Polícia Militar". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, deputado Carlos Giannazi, deputado Orlando Bolçone, senhores funcionários, assessores presentes no plenário, deputados e assessores presentes nos gabinetes, policiais militares presentes, telespectadores da TV Assembleia, hoje eu tenho vários assuntos para falar. Eu iria falar sobre um tenente da Polícia Militar, que foi vítima de roubo de três indivíduos, mas que, graças a Deus, matou os três bandidos. E o tenente está bem. Iria falar, infelizmente, da morte de um sargento da Polícia Militar, que havia se aposentado há dois meses, e de um GCM, também do interior, mas falarei sobre isso amanhã porque não tenho ainda o material pronto.

Chego falar sobre um assunto relacionado à Segurança que me chegu nesse final de semana, quando conversei com vários policiais militares. Temos presenciado, diariamente, através da mídia, da rede social e de todos os meios de comunicação, milhares de ocorrências de gravidade onde temos policiais militares sendo atacados em viaturas, confrontando-se com criminosos altamente armados. É difícil uma quadrilha hoje que não tenha, no mínimo, um fuzil. É uma coisa que está generalizada e isso é muito complicado.

E, pasmem. Aqui em São Paulo a Polícia Militar está numa situação em que não estou entendendo se é proposital ou não: os nossos policiais militares não estão sendo armados adequadamente. Todo policial militar hoje porta uma pistola ponto 40. É uma arma eficaz? Sim, é uma arma potente e eficaz, mas devido ao armamento que o crime está utilizando hoje, ela passou a ser inferior à usada pelos criminosos. Existe uma máxima na Polícia que fala que o policial militar só pode agir em duas situações para confrontar o crime: quando ele estiver em superioridade numérica e em superioridade de poder de fogo. Ou seja, um policial militar nunca deve agir contra dois, três criminosos. Ele vai levar a pior, é lógico. Um policial armado com uma pistola não deve agir contra indivíduos armados de fuzil.

O que acontece é isso. Hoje o policial militar que está na viatura não pode enfrentar o crime porque não tem armamento adequado. Eu já fiz um documento que vou trazer amanhã, pedindo, há meses, que todas as viaturas de Rádio Patrulha fossem equipadas, no mínimo, com um fuzil, como é no Rio de Janeiro. Não me deram resposta, acho que nem leram o meu documento, porque tudo que fazemos o pessoal não dá atenção, e a tropa continua a deus-dará. Tivemos uma ocorrência outro dia ali na Pompeia em que uma viatura do 4º Batalhão se deparou, na madrugada, com roubo a uma agência do banco Santander. Foram recebidos a tiros de fuzil. Sabe o que eles tiveram que fazer? Tiveram que engatar a ré na viatura e sair correndo.

É isso que acontece hoje com um policial militar: ou ele morre ou ele corre. Essa é a realidade. E não é covardia. Morrer na mão de bandido ninguém quer e o policial é obrigado a sair correndo, ele e o parceiro dele numa Rádio Patrulha, cada um com uma pistola. Não é possível encararem um fuzil.

Estou averiguando que o Comando da Polícia Militar está recolhendo os armamentos dos batalhões de área e encaminhando para a Tropa de Choque. Eu não entendi a intenção disso, porque a única Tropa de Choque que precisa de fuzil é a Tropa de Rota. Quem precisa de fuzil é a tropa que está na rua, que, em questão de segundos, se depara com um roubo a bancos, com uma quadrilha especializada, e aí é uma correria total.

No interior, temos cidades de três, quatro, cinco mil habitantes que, às vezes, tem uma agência bancária, e o deputado Bolçone, da região de Ribeirão Preto, sabe que tem muito disso. A cidade é atacada por uma quadrilha de oito a dez indivíduos, e tem, às vezes, dois, quatro policiais na cidade. Já começou a desvantagem numérica e, poder de fogo, nem pensar. O policial, com uma pistola, não tem condições de enfrentar um criminoso com um fuzil.

Estou fazendo nova documentação, o coronel José Paulo, meu chefe de gabinete, já está providenciando ao Sr. Governador, ao Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando e exigindo que cada viatura de Rádio Patrulha tenha, no mínimo, um fuzil para que os policiais possam, no mínimo, se defender, quando se depararem com uma quadrilha armada de fuzil. O que está acontecendo hoje? Os policiais estão morrendo, ou saem correndo. É o policial que escolhe: ou ele morre ou corre. Vejam que absurdo. É muito triste tudo o que tem acontecido no nosso país, ultimamente, na Saúde, na Educação, na Segurança Pública. Vemos um descaso; vemos, infelizmente, a mídia valorizando o crime, desvalorizando a Polícia. O Estado é obrigado a valorizar o policial militar. O Estado é obrigado a valorizar o policial, o homem e a mulher das forças de segurança.

Então nós estaremos fazendo essa documentação ao Sr. governador, ao Sr. secretário de Segurança Pública, solicitando que sejam equipadas todas as viaturas de radiopatrulha no estado de São Paulo com no mínimo um fuzil. "Ah, mas o policial não tem curso." Faça curso. Sr. Presidente, se for preciso este deputado está à disposição, nas horas de folga, para ministrar instrução de fuzil, porque sou habilitado para tal. Se não tiver instrutor, podem contar comigo que no sábado, domingo, hora de folga vou dar instrução para a tropa. O que não podemos deixar é nossa tropa morrer por falta de apoio e por falta de armamento adequado.

Solicito que meu discurso seja encaminhado ao Sr. secretário de Segurança Pública e ao Sr. governador do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Orlando Bolçone.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Ed Thomas, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r", da Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 5 de dezembro, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de proceder à entrega da Medalha Ministro Celso Furtado aos economistas.

Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado José Zico Prado, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r", da Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 8 de dezembro, às 20 horas, com a finalidade de lançar o livro "Mobilidade Urbana no Brasil."

Esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Coronel Telhada, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r", da Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 9 de dezembro de 2016, às 10 horas, com a finalidade de homenagear a Polícia Militar do estado de São Paulo pelos seus 185 anos de existência.

Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, público presente, novamente venho à tribuna para cobrar a aprovação imediata do nosso PDL nº 11, que revoga o Decreto 61466, do governador Geraldo Alckmin, que congelou praticamente todas as chamadas de concursos públicos realizados nos três últimos anos no estado de São Paulo.

O governador, para fazer ajuste fiscal de forma extremamente grave, prejudicando a prestação de serviços públicos, suspendeu praticamente todas as chamadas de todos os aprovados nesses concursos: da Educação, da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Segurança Pública, do Metrô, da Sabesp. Todos os concursos estão paralisados no estado de São Paulo. Pessoas que foram aprovadas já foram chamadas. Muitas já fizeram os exames médicos. Já escolheram as vagas e foram interceptadas por esse famigerado Decreto nº 61.466, que nós temos que revogar imediatamente, porque não são só essas pessoas que estão sendo penalizadas. Há as pessoas que passaram e foram aprovadas, mas, sobretudo, a população não está sendo atendida nos serviços públicos - principalmente nos mais importantes, como Educação, Saúde, Segurança Pública.

Além disso, os próprios servidores que estão trabalhando nessas secretarias estão com sobrecarga de trabalho. Nós vivemos, aqui, por exemplo, o drama da Secretaria de Segurança Pública. Em todo o Estado, nós temos delegacias de polícia fechadas - ou que são fechadas no período noturno por falta de estrutura, por falta de funcionários. Inclusive, o Ministério Público Estadual já tinha entrado com uma ação contra o Estado, responsabilizando-o pelo abandono da Segurança Pública e obrigando-o a contratar os servidores que foram aprovados no concurso público. Nós tivemos concurso na área da Segurança Pública para delegado de polícia, para investigador, para escrivão, para vários cargos da Polícia Técnico-Científica.

Para a Educação, nós tivemos concurso para professor PEB I e PEB II, para cargos na área administrativa da Secretaria da Educação e na área de informática. No entanto, as chamadas não ocorrem. Somente depois de muita pressão, nós conseguimos que a Secretaria da Educação chamasse uma parte dos aprovados de PEB II, mas faltamos o PEB I.

Inclusive, amanhã, nós vamos realizar uma audiência pública com as professoras aprovadas nesse concurso, que não são chamadas e - nós temos muitas escolas precisando dessas professoras. Com isso, nós temos falta de professores ou professores contratados no processo de precarização, pela Lei nº 1.093 - conhecidos como professores da categoria "O", que estão sendo prejudicados por esse modelo de contratação. Esses professores são vítimas da duzentena. Não podem utilizar o Hospital do Servidor Público Estadual. Não têm direito à aposentadoria pela SPPrev.

No entanto, a solução é fácil. É só chamar os aprovados - e o governo Alckmin não os está chamando. Então, com isso, nós temos um colapso na prestação de serviços públicos do Estado, porque prejudica toda a população. Toda a população está sendo prejudicada. Os servidores da ativa estão sendo prejudicados com excesso de trabalho. Esses servidores, essas pessoas que foram aprovadas nas mais diversas secretarias também são penalizadas, porque muitas delas até saíram de outros empregos. Já foram chamadas e estão esperando a boa vontade do governador, que, como eu disse, está fazendo ajuste fiscal contra os servidores e contra a prestação de serviços públicos.

O governador diz que não tem dinheiro e que existe uma crise aqui, no estado de São Paulo. Porém, o governador continua dando benefícios fiscais para as grandes empresas financiadoras de campanhas eleitorais de deputados e do próprio governador, como, por exemplo, as mineradoras e a indústria do álcool. Os grandes frigoríficos têm isenção. As grandes avícolas do estado de São Paulo, empresas do agronegócio, todos esses setores têm isenção e, com isso, nós perdemos bilhões de reais de ICMS, que poderiam ser arrecadados e investidos em todas essas áreas que eu citei - na valorização dos servidores, na chamada, na Educação e na Saúde.

Então, nós vamos continuar aqui, exigindo que o governador faça a chamada imediata de todos os aprovados em todos os concursos públicos. Sobreto, faço um apelo à Assembleia Legislativa, que tem que tomar algum tipo de providência. Por isso, eu apresentei o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2015, que revoga o Decreto nº 61.466, de 2015, do governador Geraldo Alckmin.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinho de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.
